

# Três incidentes envolvendo coletivos da Turp foram registrados nos últimos dias

Demétrio do Carmo - Especial para o Diário

Ocorrências envolvendo ônibus da Turp Transportes registrados nos últimos dias em diferentes pontos de Petrópolis reacenderam os questionamentos sobre as condições de operação da empresa no transporte público na cidade.

Na sexta-feira (30/1), um coletivo que fazia a linha Bairro da Glória, em Corrêas, colidiu em um muro após uma suposta falha mecânica. Apesar do susto, ninguém ficou ferido e o veículo foi recolhido para inspeção. Outros dois episódios ocorreram em sequência. Na terça-feira (3/2), um ônibus que saía da garagem para iniciar o serviço teria apresentado falha no

sistema de freios ainda na rampa da empresa. Já na tarde de quarta-feira (4/2), outro coletivo quase caiu em um rio, na localidade de Pedro do Rio. As razões não foram esclarecidas.

Usuários relatam que a qualidade do serviço tem piorado progressivamente. Segundo passageiros, veículos antigos e em más condições continuam circulando pelos bairros, o que resulta em atrasos, supressão de horários e transtornos para quem depende do transporte público diariamente.

A linha 700, que liga o Centro a Itaipava, é uma das mais criticadas. O tempo de espera nos pontos pode chegar a 30 minutos,

formando longas filas, principalmente nas paradas das ruas da Imperatriz e Paulo Barbosa, no Centro. A situação também é frequente no terminal de integração do terceiro distrito.

Dados do Relatório Mensal de Operação (RMO), divulgado pela CPTrans, indicam que a Turp é a empresa que menos cumpre as viagens programadas. Somente em novembro, último registro disponível, mais de 400 viagens deixaram de ser realizadas por falhas mecânicas.

Além das deficiências do transporte coletivo, a mobilidade urbana em Petrópolis também enfrenta desafios, como congestionamentos constantes, estaciona-

mentos irregulares e interdições provocadas por obras, fatores que agravam ainda mais os deslocamentos.

Em nota a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) informou que realiza, nesta semana, a vistoria quadri-mestral em todas as empresas que atuam no transporte público coletivo do município. O procedimento faz parte do calendário regular de fiscalização e tem como objetivo verificar as condições operacionais e de segurança da frota, garantindo um serviço adequado à população.

Em relação aos episódios recentes envolvendo coletivos da empresa Turp, registrados nas localidades da Glória, na garagem

da empresa e em Pedro do Rio, a CPTrans esclarece que acompanha a situação com atenção especial. A companhia já cobrou formalmente esclarecimentos da empresa sobre os incidentes e está analisando os laudos técnicos para apurar as causas das ocorrências, incluindo eventuais falhas mecânicas ou operacionais.

Caso sejam identificadas irregularidades, as medidas cabíveis serão adotadas conforme a legislação vigente, sempre com foco na segurança dos usuários do transporte público e na qualidade do serviço prestado.

O Setranspetro foi questionado, mas, não respondeu até o fechamento desta edição.

## CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 06ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2026

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às quinze horas e vinte e nove minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Léo França que realizasse a leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** Indicação nº: 597 a 603/2026 do Vereador Léo França; Indicação nº: 604 a 608, 610, 612, 614 a 616, 619, 622, 629, 630, 634, 635, 637, 639, 640 e 642/2026 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 609, 611, 617, 638 e 650/2026 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 613, 628, 631e 633/2026 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 620/2026 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 632/2026 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 641/2026 da Vereadora Júlia Casamasso; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Vereador Gil Magno solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores e Vereadoras passou então à ORDEM DO DIA: Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 8007/2025 do Vereador Gil Magno; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em 2ª discussão e votação em bloco os Projetos de Resoluções nº: 79, 9197, 9386, 9438, 9347, 9652, 9699, 9870, 9872, 9881, 9905, 9906, 9936, 9938, 9983 e 9989/2025; os Projetos foram aprovados com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em discussão e votação em bloco as Indicações nº: 1131, 2385, 2892, 3051, 3211, 3214, 4567, 4718, 4720, 5262, 5287, 5352, 6167, 6118, 6120, 7268, 7270 e 7275/2025; as Indicações foram aprovadas com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 665/2026 do Vereador Octávio Sampaio; o Requerimento foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em discussão e votação o Requerimento nº: 661/2026 do Vereador Octávio Sampaio; o Requerimento foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, da Vereadora Professora Lívia e do Vereador Thiago Damaceno; Terminada a ORDEM DO DIA, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: **1) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Em seguida, informou que abordaria dois temas de grande relevância para a população metropolitana de Petrópolis. No primeiro ponto, tratou da falta de integração do transporte público. Relatou que o gabinete tem recebido inúmeras denúncias de que os ônibus não estão realizando a integração tarifária, o que tem causado sérios prejuízos à população, especialmente aos trabalhadores e às famílias que dependem do transporte para levar crianças à escola e cumprir suas rotinas diárias. Destacou que os ônibus da TURP não estão integrando com os ônibus da Cidade Real, agravando ainda mais um cenário já precário do transporte público municipal. Informou que serão encaminhados ofícios à Cetranspetro e à CPTrans solicitando providências imediatas para a regularização da situação. Ressaltou que, além da falta de integração, a população enfrenta tarifas elevadas entre as mais caras do estado sem que isso se reflita em um serviço de qualidade. Mencionou problemas recorrentes como atrasos, quebras de veículos e dificuldades de acesso a localidades como Posse, Pedro do Rio e Secretário. Apontou ainda que, mesmo quando há integração, muitas vezes o benefício não é efetivo, pois ônibus quebram ou deixam de cumprir horários, obrigando o usuário a pagar duas passagens. Defendeu que o município encontre soluções para evitar esse prejuízo à população. Reafirmou que sua defesa é por um transporte público que seja, de fato, público, eficiente e voltado às necessidades da população metropolitana. Citou a ausência de linhas interbairros como um dos grandes entraves da mobilidade urbana em Petrópolis, destacando que a concentração das linhas no centro da cidade contribui para o aumento do trânsito. Defendeu a realização de estudos e pesquisas junto à população

para reorganizar o sistema, com soluções que reduzam o fluxo no centro e atendam melhor os bairros. Por fim, reiterou a defesa de um transporte público gratuito, de excelência e acessível a todos. Enfatizou que, embora muitos considerem essa proposta um sonho, ela já é realidade em mais de 150 municípios brasileiros, de forma total ou parcial. Argumentou que, com prioridade política, é possível implementar a tarifa zero em Petrópolis, citando como exemplo a operação direta do estacionamento rotativo, que poderia gerar cerca de seis milhões de reais anuais valor suficiente para custear parte significativa do sistema de transporte. No segundo tema, voltou a tratar da renovação do contrato com a empresa Águas do Imperador, assunto que, segundo ela, impacta toda a população da cidade. Explicou que o contrato original, firmado em 1998 com vigência de 30 anos, deveria se encerrar no início de 2028, mas foi prorrogado por 15 anos ao final do governo do então prefeito Paulo Mustrangi, estendendo-se até 2043. Informou que, recentemente, o atual chefe do Executivo ampliou o contrato por mais 10 anos, levando sua vigência até 2053. Manifestou profunda preocupação com a renovação, afirmando que a empresa presta um serviço de baixa qualidade à população. Relatou que é comum encontrar moradores com histórias de cobranças abusivas, tarifas indevidas de esgoto e ausência efetiva de coleta e tratamento. Avaliou que esses problemas, por si só, seriam suficientes para a rescisão do contrato, e criticou o fato de o Executivo ter optado pela renovação antecipada de um contrato que ainda tinha longa vigência. Destacou que foi anunciado um aporte de 26 milhões de reais como justificativa para a prorrogação, mas ponderou que, diluído ao longo de 10 anos, o valor representa apenas cerca de 2,6 milhões por ano montante considerado irrisório frente ao orçamento municipal. Comparou esse valor com a arrecadação potencial do estacionamento rotativo, que poderia gerar cerca de seis milhões de reais anuais, três vezes mais que o aporte da concessionária. Alertou ainda que, além do reajuste inflacionário anual, a população enfrentará um aumento adicional de 2,04% na conta de água pelos próximos oito anos, o que, somado, representa um reajuste próximo de 10%, contrariando informações que apontavam aumento de apenas 7,5%. Reafirmou a gravidade da situação. Declarou que seguirá cobrando, fiscalizando e, se necessário, enfrentando o Executivo para defender a população metropolitana. Criticou novamente a atuação da Águas do Imperador, ressaltando falhas no recolhimento de esgoto e práticas que impactam negativamente o meio ambiente e a saúde pública. Concluiu afirmando que a renovação do contrato precisa ser analisada com rigor, transparência e responsabilidade, classificando-a como absurda. Reiterou o compromisso de continuar fiscalizando e colocando seu mandato à disposição da população para essa e outras pautas de interesse coletivo. Agradeceu e despediu-se. **2) JÚNIOR CORUJA PSD** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Tratou da situação do transporte público no município, destacando que o tema tem sido negligenciado e que, mais uma vez, quem paga a conta é o trabalhador. Ressaltou que, com o retorno das aulas na próxima semana, o problema tende a se agravar, impactando ainda mais a rotina da população. Em sua fala, abordou uma situação que classificou como lamentável e covarde com a população metropolitana: a desorganização da integração do transporte público. Afirmou que a integração está completamente desestruturada, sob responsabilidade das empresas de ônibus e da Cetranspetro. Citou como exemplo a dificuldade de realizar integração em deslocamentos como de Araras ao centro da cidade e, posteriormente, da Rodoviária ao Vital Brasil, o que, segundo ele, muitas vezes se torna impossível. Relatou ainda uma denúncia recebida no início do ano, informando que usuários que desembarkavam no centro de Araras e desembarcavam em Bom Sucesso, em um trajeto de aproximadamente 20 minutos, não estavam conseguindo realizar a integração. Destacou a gravidade da situação e mencionou a presença de ex-gestores da área de transporte, que conhecem bem a complexidade e a seriedade do problema. Enfatizou que o maior prejudicado é sempre o trabalhador, que acaba sendo obrigado a pagar uma segunda passagem. Criticou o fato de as empresas orientarem os usuários a entrarem em contato com a Cetranspetro para solicitar a devolução do valor pago indevidamente. Embora reconheça que a devolução seja uma obrigação, classificou como irresponsável e desumana a situação de que a pessoa, naquele momento, precisa retirar dinheiro do próprio bolso para continuar seu trajeto. Destacou ainda que nem todos conseguem reaver o valor pago, seja pela dificuldade de contato, seja pela falta de tempo, o que gera prejuízos individuais que, somados, representam um impacto financeiro significativo ao longo do mês para os usuários do sistema. Ressaltou que se trata de

dezenas de pessoas prejudicadas por linha, o que evidencia a dimensão do problema. Voltou a solicitar o apoio do presidente da CPTrans, Luciano, a quem elogiou pela postura acessível e pela disposição em colaborar com a fiscalização. Informou que, segundo o presidente, haverá uma atuação mais firme junto às empresas responsáveis para solucionar a questão da integração. Por fim, se comprometeu publicamente com a população a continuar cobrando providências e pediu o apoio dos demais parlamentares. Afirmou que, caso o problema não seja resolvido com o início do ano letivo, será necessária uma ação mais contundente, incluindo a formação de uma comissão para ir às ruas, fiscalizar os ônibus que não estejam em condições adequadas de operar a integração e acionar os órgãos competentes. Concluiu afirmando que o comando do transporte público no município deve ser exercido pela Prefeitura, e não pelos empresários, e deixou um agradecimento a todas as pessoas que entraram em contato com seu gabinete para denunciar a situação, classificando como vergonhosa a atual condição da integração do transporte público na cidade. Agradeceu e despediu-se. **3) DOMINGOS PROTETOR, PP** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou que o Vale Educação não pode, em hipótese alguma, ser utilizado para pagamento de salários, ressaltando que alguns empresários do setor de transporte, citando nominalmente a empresa TURP, utilizam a alegação de não recebimento desse repasse como justificativa para atrasos ou ausência de pagamento aos trabalhadores. Classificou essa prática como vergonhosa e questionou a falta de transparência quanto à bilhetagem do sistema de ônibus, afirmando que é incoerente alegar prejuízo financeiro contínuo. Destacou que, se as empresas realmente não obtivessem lucro, já teriam encerrado suas atividades, pois não se mantém uma empresa sem retorno financeiro. Enfatizou que o problema não é a falta de arrecadação, mas sim a má gestão dos recursos. Resaltou ainda que a crise do transporte público em Petrópolis é um tema que precisa ser amplamente debatido, pois afeta toda a população, não apenas os moradores dos distritos atendidos pela TURP, mas também os usuários do Centro Histórico, dos bairros e de todos os distritos do município. Avaliou que, além de caro, o transporte público oferecido é de péssima qualidade, o que agrava o sofrimento diário da população. Em seguida, passou a tratar do descarte irregular de entulho na cidade. Relatou ter recebido de uma eleitora um vídeo, que não conseguiu localizar no momento, no qual é registrado um cidadão, em uma caminhonete, descartando entulho de forma irregular na calçada em frente à residência dela, próximo às lixeiras da COMDEP. Informou que o local é frequentemente utilizado para descarte irregular e que, no vídeo, a moradora confronta o indivíduo, obrigando-o a recolher o entulho de volta para o veículo, uma vez que o descarte é indevido. Destacou que o descarte irregular de entulho tem se tornado um problema recorrente e generalizado no município, afirmando que, em diversos pontos da cidade, mesmo onde já existe histórico desse tipo de prática, o problema persiste. Classificou a situação como um absurdo e alertou para a necessidade de maior fiscalização e responsabilização dos infratores. Agradeceu e despediu-se. **4) LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Prestou solidariedade à vereadora Gilda Beatriz pelo ocorrido na sala naquele dia. Destacou a importância do projeto de lei que ela pretende apresentar, afirmando que a proposta não guarda qualquer relação com outro projeto já criado e votado pela Casa. Colocou-se à disposição para apoiar a iniciativa e para auxiliar no diálogo com os demais vereadores, ressaltando que se trata de um projeto de caráter educativo e de grande relevância. Em seguida, dirigiu-se ao presidente para iniciar oficialmente sua manifestação, enfatizando que denunciar e reclamar produz resultados. Relatou que, na terça-feira, apresentou denúncia relacionada a uma licitação que ocorreria no dia seguinte, no valor superior a treze milhões de reais, destinada à contratação de empresa para realizar o georreferenciamento da cidade. Informou que, após a denúncia e após convidar o prefeito a comparecer à Câmara, colocando-se à disposição para apresentar informações constantes no site da Prefeitura, o chefe do Executivo determinou imediatamente a suspensão do certame. Diante disso, afirmou já ter solicitado que o recurso seja destinado diretamente à merenda escolar. Passou então a tratar do estado de abandono em que se encontra o Palácio de Cristal. Recordou que, no final do ano anterior, houve debates nesta Casa sobre o excesso de eventos realizados na cidade e destacou que a situação do Palácio de Cristal não é diferente. Informou que realizou uma vistoria recente no local e afirmou ter ficado profundamente chateado e decepcionado com o que encontrou. Relatou a

existência de vidros quebrados, lajotas danificadas na lateral esquerda da entrada e, ao fundo, a quebra do piso original de 1884, que teria sido reparado de forma inadequada com cimento por determinação do prefeito. Destacou que se trata de um prédio histórico, construído originalmente para a Princesa Isabel, e afirmou que o atual prefeito demonstra desconhecimento ou desinteresse pela história e pela preservação dos bens tombados do município. Ressaltou que o Palácio de Cristal não é apenas um edifício, mas um patrimônio cultural que gera riqueza para a cidade, e criticou o desrespeito ao regimento interno que disciplina a utilização do espaço. Ao aprofundar-se na questão, informou ter pesquisado a empresa vencedora do certame responsável pela arrecadação de recursos para o Natal Imperial, identificada como Companhia de Promoções e Eventos KS, sediada no Rio de Janeiro. Questionou o fato de Petrópolis não contar com empresas capacitadas para a realização de eventos, criticando a recorrente contratação de empresas oriundas da Baixada Fluminense, da Barra da Tijuca, do Recreio e dos Bandeirantes, em detrimento de empresas locais, para atender, segundo ele, interesses de grupos econômicos externos. Afirmou que concederia um desconto à secretária de Educação, alegando desconhecer sua origem, mas observando que grande parte das empresas atualmente contratadas pela Secretaria de Educação é oriunda do município de São Gonçalo. Relatou vistorias realizadas em unidades escolares e destacou, como exemplo, a Escola Marcelo Alencar, que se encontra com o telhado quebrado desde setembro de 2025. Informou que a escola é referência e ponto de apoio para a comunidade do Quitandinha e que apresenta graves problemas estruturais, como mofo, infiltrações e salas alagadas com mais de um centímetro de água, o que inviabiliza o início das aulas. Afirmou ser inaceitável que gestores que desconhecem a realidade local tragam empresas que também não conhecem a cidade para prestar serviços em Petrópolis. Dirigiu-se ao prefeito, afirmando que ele deveria ter maior conhecimento da situação do município do que a própria secretária, ou ao menos demonstrar interesse em obtê-lo. Passou então a relatar fatos relacionados à transição de governo ocorrida em 30 de dezembro de 2024. Explicou que o então prefeito indico Alexandre Gurgel para assumir a Secretaria de Educação, que compareceu à pasta no último dia útil do ano para a transição, permanecendo por aproximadamente uma hora. Segundo ele, o indicado entendeu que a secretaria era extensa e optou por conduzir a gestão da forma que julgasse adequada. Ressaltou que todas as informações sobre melhorias, obras e ações estavam devidamente protocoladas no processo de transição, embora, segundo ele, atualmente sejam ignoradas. Citou como exemplo o Centro de Educação Infantil Sérgio Ribeiro da Rocha, localizado em Águas Lindas, Rongueira, afirmando que, ao assumirem a gestão em 2021, havia quatro cavalos alojados no interior da unidade. Relatou que situação semelhante ocorreu na Unidade Básica de Saúde Vicente Rivetti, que também teria sido utilizada como cocheira. Destacou que esses problemas foram superados no governo anterior, que contratou a COMDEP para executar obras nas áreas da Educação e da Saúde, concluindo a recuperação do referido centro educacional. Afirmou que há registros documentais de todas as obras realizadas, incluindo intervenções de infraestrutura, transporte, inspeção escolar, monitoramento das unidades e recarga de extintores de incêndio. No entanto, apontou que, após um ano de governo, observava-se uma acentuada decadência. Relatou que, em visitas às escolas, diretores informam que nem a secretária nem o prefeito compareceram às unidades. Estendeu a crítica à área da saúde, afirmando que o prefeito, ao visitar postos, permanece dentro do veículo e se retira sem dialogar com a população. Alertou que mais de 30% das crianças do município têm na merenda escolar sua principal refeição diária e demonstrou preocupação com a contratação de empresa responsável pela alimentação escolar que estaria sendo investigada e denunciada pela Polícia Federal, com sócio já preso e suposta ligação com o crime organizado. Informou que, em momento oportuno, pretendia divulgar o nome da empresa, pois novas informações ainda estão sendo apuradas. Questionou a alegação da secretaria de Educação de que não teria realizado adesão de ata, afirmando ser impossível que a empresa tenha simplesmente se apresentado sem intermediação. Classificou a situação como extremamente grave e alertou para o avanço do crime organizado sobre prefeituras do estado do Rio de Janeiro, afirmando que Petrópolis não pode permitir que esse fenômeno chegue ao município. Solicitou que sua fala constasse integralmente em ata e reafirmou que continuará denunciando irregularidades relacionadas à empresa contratada para manutenção das escolas. Relatou que, na Escola Marcelo Alencar, trabalhadores estariam realizando reparos no telhado, em altura superior a

dez metros, sem uso de capacete, cinto de segurança ou equipamentos de proteção individual. Alertou que tanto a empresa quanto a Secretaria de Educação devem ser responsabilizadas por eventuais acidentes, pois não será aceitável alegar desconhecimento. Por fim, informou que um dos sócios da empresa possui mais de cem empresas registradas em seu nome, atuando em diversas áreas, o que, segundo ele, levanta sérias suspeitas. Reforçou a necessidade de continuidade das denúncias e pediu apoio da Presidência da Casa para que o prefeito reveja essas contratações e atos administrativos. Concluiu agradecendo, pedindo desculpas por se alongar, e afirmando que o papel do vereador é fiscalizar, pois é isso que a cidade espera do Legislativo. Agradeceu e despediu-se. **5) GLDA BEATRIZ, PP** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Manifestou-se sobre o caso do cãozinho comunitário conhecido como "Orelha", ocorrido em Florianópolis, que foi brutalmente morto a pauladas por quatro adolescentes. Afirmou que o episódio causa profunda comoção e indignação, destacando que esse tipo de violência revela um grave problema social e levanta reflexões sobre o que crianças e adolescentes podem se tornar na vida adulta quando praticam atos dessa natureza. Ressaltou que o animal era cuidado pela comunidade, possuía sua própria casinha, era alimentado pelos moradores e convivente com todos, e que a violência praticada contra ele é desesperadora e não pode ser esquecida. Enfatizou que ser vereador é legislar por causas importantes e afirmou que a causa animal é uma dessas prioridades, sobretudo porque os animais não têm voz, cabendo aos representantes eleitos serem essa voz. Informou que, diante do ocorrido, protocolo em regime de urgência o Projeto de Lei denominado "Cãozinho Orelha", com caráter educativo, voltado às escolas, com o objetivo de promover a educação ética das crianças e prevenir a repetição de atos de crueldade. Destacou que a educação é a principal ferramenta de prevenção para evitar barbáries e a formação de indivíduos violentos no futuro. Declarou-se indignada com o fato de o projeto não ter sido discutido na Casa Legislativa, ressaltando que a Câmara é um espaço democrático e que o direito à discussão de projetos relevantes deve ser garantido. Informou que conseguiu apenas três assinaturas para a inclusão do projeto em regime de urgência, agradecendo nominalmente aos vereadores Léo França, Júlia e Lívia pelo apoio recebido. Explicou que são necessárias cinco assinaturas para a tramitação em regime de urgência, o que impediu a discussão da proposta. Rebateu o argumento de que já existiriam projetos semelhantes, afirmando que o Projeto de Lei Cãozinho Orelha é completamente diferente, por se tratar de uma proposta educativa específica, inspirada em um caso que ganhou repercussão mundial. Destacou que o nome do projeto carrega um simbolismo que contribui para a conscientização e para a memória coletiva sobre a gravidade da barbárie ocorrida. Relacionou a violência contra animais com outras formas de violência na sociedade, afirmando que quem pratica crueldade contra animais pode praticar contra idosos, pessoas com deficiência e mulheres, contribuindo para o aumento de crimes como o feminicídio. Defendeu que cabe aos representantes eleitos legislar com responsabilidade e sensibilidade, criando leis que realmente façam a diferença. Reafirmou sua indignação por não ter podido sequer discutir o projeto, mas afirmou que não será silenciada e que continuará insistindo na tramitação da proposta. Declarou que está em seu quarto mandato justamente por não se omitir diante de causas relevantes e garantu que seguirá lutando para que o projeto seja apreciado. Por fim, conclamou os vereadores e a sociedade a apoiarem uma campanha em favor do Projeto de Lei Cãozinho Orelha, anunciando que divulgará sua fala nas redes sociais para sensibilizar a população e os parlamentares. Defendeu a realização de programas educativos nas escolas, com ações de conscientização junto às crianças sobre o respeito aos animais, ensinando que não se deve chutar, envenenar, maltratar ou negligenciar os animais. Encerrou afirmando que seguirá firme na defesa da causa animal e reiterou que não será calada. Agradeceu e despediu-se. **6) OCTÁVIO SAMPAIO, PL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Tratou dos recentes assaltos ocorridos na Serra, amplamente divulgados pela imprensa. Esclareceu que, na realidade, foram registrados dois assaltos, sendo um com maior repercussão midiática e outro com menor destaque. Informou que um dos crimes ocorreu na descida da serra e o outro na subida, sendo um nas imediações da BR, administrada pela concessionária, e outro próximo à região conhecida como Queijão. Diante desses fatos, informou que está oficiando a Polícia Rodoviária Federal para solicitar policiamento mais ostensivo na região, especial-

mente no trecho do Belvedere. Destacou que a ausência de policiamento ostensivo naquele local o transforma em uma rota de fuga fácil para criminosos, tornando a situação ainda mais desfavorável para as vítimas. Ressaltou a necessidade urgente de reforço da presença da PRF, razão pela qual encaminhou formalmente o pedido, considerando que se trata de uma rodovia federal. Esclareceu ainda que manteve contato com a Polícia Militar, que se colocou à disposição para auxiliar a Polícia Rodoviária Federal no apoio às ações de segurança naquela região. Reforçou, no entanto, que a atribuição principal é da PRF, motivo pelo qual o ofício foi direcionado a esse órgão. Em seguida, fez um alinhamento do tema da segurança pública local com o cenário nacional. Destacou que Petrópolis é atualmente considerada a cidade mais segura do estado do Rio de Janeiro e uma das mais seguras do Brasil. Avaliou que, nesse aspecto, a situação do petropolitano é relativamente tranquila, o que se reflete inclusive em pesquisas de opinião realizadas no município, nas quais a segurança pública aparece entre as últimas preocupações da população, atrás de temas como saúde, transporte, educação e economia. Ressaltou que justamente por se tratar de um evento raro, quando ocorre um assalto na cidade, a população naturalmente se assusta. Comparou a situação com a capital do estado, onde ocorrências dessa natureza são rotineiras, enquanto em Petrópolis são incomuns. Ainda assim, reforçou que a cidade mantém seu status de uma das mais seguras do estado e do país. Retomando a análise, afirmou ser impossível discutir a segurança pública local sem relacioná-la ao contexto nacional. Defendeu que o Brasil caminha para uma situação que classifiquemos como "narcosteado", afirmando que há territórios dominados por facções criminosas onde o Estado não consegue atuar. Citou, como exemplo, depolimento de uma juíza que relatou a impossibilidade de cumprimento de mandados judiciais em determinadas áreas do Rio de Janeiro, onde oficiais de justiça não conseguem ingressar por se tratarem de territórios dominados por organizações criminosas. Observou que a questão não se limita à presença de barricadas, ainda que o governador Cláudio Castro tenha avançado na retirada desses obstáculos. Segundo ele, o problema é mais profundo, pois envolve a incapacidade do Estado de exercer sua autoridade em determinadas regiões. Destacou que essa realidade não se restringe ao Rio de Janeiro, mas se espalha por outras partes do país, especialmente no Nordeste. Afirmou que especialistas em segurança pública já apontam, com base em dados e estudos, que o tráfico de drogas deixou de ser a principal fonte de lucro dessas facções, que hoje exploram diversos serviços ilegais, como gás, internet, água e extorsão imobiliária. Ressaltou que atualmente é difícil distinguir a atuação de facções do tráfico e de milícias, uma vez que ambas passaram a operar de forma semelhante. Citou exemplos de conjuntos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, onde famílias seriam coagidas a deixar suas residências ou a pagar taxas impostas por chefes de facções criminosas para permanecerem nos imóveis. Alertou que esse fenômeno vem se espalhando por todo o país, o que torna a situação da segurança pública extremamente grave. Na sequência, fez críticas ao governo federal, afirmando que, na sua avaliação, a continuidade da atual gestão agravaria ainda mais o cenário da segurança pública nacional. Comparou a situação do Brasil com a de outros países e expressou preocupação com o futuro do país nesse contexto. Por fim, declarou seu apoio e orgulho em relação ao senador Flávio Bolsonaro, a quem afirmou conhecer há mais de dez anos, desde o período em que era deputado estadual. Destacou que, segundo pesquisas citadas por ele, o senador seria o único nome com chances de vencer o atual presidente em uma eventual disputa presidencial. Defendeu a união em torno dessa candidatura futura e destacou a importância de posicionamento entre os projetos políticos no que se refere ao enfrentamento das facções criminosas. Encerrou registrando que o senador Flávio Bolsonaro esteve presente na Câmara Municipal de Petrópolis por ocasião da tragédia das chuvas de 2022, integrando a comissão do Senado que tratou do tema e produziu resultados relevantes. Finalizou afirmando que deixa registrado seu posicionamento quanto à segurança em Petrópolis, às providências que está adotando no âmbito local e à sua visão sobre o cenário nacional. Agradeceu e despediu-se. Terminada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezessete horas e trinta minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia três de fevereiro de dois mil e vinte e seis às quatorze horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins